

PROVA ESCRITA DE NOÇÕES DE DIREITO E DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos das questões da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Noções de Direito e Direito Internacional Público**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

QUESTÃO 1

Elabore um texto dissertativo, discorrendo sobre os seguintes aspectos:

- 1 conceito jurídico de nacionalidade;
- 2 nacionalidade jurídica como dimensão humana do Estado e como direito humano fundamental;
- 3 formas de aquisição da nacionalidade brasileira;
- 4 hipóteses de perda da nacionalidade brasileira.

Extensão máxima: 60 linhas

[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 1 – RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 1 – RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 2

A Constituição Federal de 1988 prevê, no seu art. 5.º, inciso LXVII, que “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”.

A figura do depositário infiel surgiu em decorrência do contrato de depósito previsto no ordenamento nacional e definido na doutrina como um negócio jurídico por meio do qual a parte depositante transfere à parte depositária a guarda de um objeto móvel, para que seja devidamente conservado e, posteriormente, devolvido.

Acerca da possibilidade de prisão do depositário infiel, o Código Civil brasileiro estabelece, em seu art. 652, que “seja o depósito voluntário ou necessário, o depositário que não o restituir quando exigido será compelido a fazê-lo mediante prisão não excedente a um ano, e ressarcir os prejuízos”. Dessa forma, seria, em tese, admissível a prisão do depositário infiel na hipótese de não cumprimento da obrigação de devolver o bem depositado. No entanto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da forma como o ordenamento nacional deve tratar a figura jurídica do depositário infiel considera o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos (“Ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica (“Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar”), ambos tratados internacionais ratificados em 1992 pelo Estado brasileiro.

Considerando que o texto apresentado tem caráter motivador, redija um texto dissertativo a respeito da prisão civil do depositário infiel na perspectiva do sistema jurídico brasileiro, especialmente do STF. Em seu texto, responda aos seguintes questionamentos.

- 1 É lícita a prisão civil do depositário infiel?
- 2 Qual é a natureza jurídica e a posição hierárquica, no ordenamento jurídico, do Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos e do Pacto de São José da Costa Rica?
- 3 Quais são os efeitos da relação da legislação nacional infraconstitucional e constitucional com os tratados internacionais mencionados no que se refere à prisão civil do depositário infiel?

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 2 – RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2 – RASCUNHO – 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

QUESTÃO 3

Como promessa de pacificação não isenta de contradições, o direito internacional público contempla princípios e valores de atores dominantes, ao tempo em que busca proteger e emancipar, quando atua contra essa mesma dominação.

Discorra sobre a proposição apresentada, citando exemplos da atuação do direito internacional público no que se refere às perspectivas suscitadas.

Extensão máxima: 60 linhas
[valor: 30,00 pontos]

QUESTÃO 3 – RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3 – RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 4

Considere a seguinte situação hipotética:

Um diplomata brasileiro, lotado na Delegação do Brasil junto à Organização Internacional de Panos e Vinhos (OIPV), foi instruído pelo chefe do posto a depositar o instrumento de ratificação do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Comércio de Vinhos. O instrumento contém declaração interpretativa aposta por decisão do Congresso Nacional ao ratificar o Protocolo Adicional.

O secretariado da OIPV informou ao governo brasileiro que o instrumento de ratificação não poderia ser aceito, sob as seguintes alegações:

- i) a declaração interpretativa constitui reserva incompatível com o objeto e a finalidade do tratado;
- ii) o diretor-geral da OIPV, em seu papel de depositário das convenções concluídas sob a égide da OIPV, pode recusar-se a registrar, de ofício, uma ratificação. Essa competência tem como base uma prática reiterada desde o Tratado de Methuen (1703).

A partir da situação anteriormente apresentada, redija um texto informativo para o chefe do posto, tendo como base as regras e princípios de direito internacional público. Em seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Discorra sobre as regras jurídicas relevantes para o caso.
- 2 Analise se as alegações do secretariado são procedentes.
- 3 Indique possíveis argumentos para sustentar a aceitação do instrumento de ratificação brasileiro.

Extensão máxima: 40 linhas

[valor: 20,00 pontos]

QUESTÃO 4 – RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 4 – RASCUNHO – 2/2

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	